

SAÚDE COLETIVA E A RELEVÂNCIA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO COMBATE ÀS DESIGUALDADES DE SAÚDE

COLLECTIVE HEALTH AND THE RELEVANCE OF PRIMARY HEALTH CARE IN TACKLING HEALTH INEQUALITIES

Eixo Temático: Eixo Transversal

Jamylle Cantanhêde da Silva Bayma

Enfermeira Esp. em Saúde da Família pela Faculdade Laboro
jamylle-cantanhede@hotmail.com

Letícia de Souza Matias

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal da Fronteira Sul- Campus Chapecó (UFFS/Campus Chapecó)
leticiadesouzamatias@gmail.com

Ananda da Silva Alves

Bacharelado em Nutrição e Mestranda em Ciências da Saúde pelo PPGCIS/UFAM
alvesananda98@gmail.com

Renan Bruno Barbosa

Médico Esp. em Atenção Primária a Saúde pela Universidade Federal Da Paraíba – UFPE
nanharry@hotmail.com

Ana Luize Andrade Oliveira

Graduanda em Odontologia pela Odontologia pela Universidade Federal do Ceará, Campus Sobral
luizeaoliveira@gmail.com

Elisângela Claudia de Medeiros Moreira

Psicóloga e Doutorado em Doenças Tropicais pela UFPA
claudiam.moreira45@gmail.com

Jefferson Adan Cavalcante Lopes

Farmacêutico Esp. em Saúde da Família pela Universidade Federal do Oeste do Pará
jeffersoncavalcante.stm@gmail.com

Thiago Crocoli Balbinot

Graduando em Medicina pela Universidade de Caxias do Sul
tcbalbinot@ucs.br

Nertan Ribeiro Batista

Graduando em Medicina pela Universidade Federal de Campina Grande
nertan123@gmail.com

Samilles do Socorro Guimarães dos Santos

Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU e Esp. em Serviço Social e Polícia Públicas
gsamilles@gmail.com

RESUMO

Introdução: A Atenção Primária à Saúde (APS) é considerada uma das principais estratégias do Sistema Único de Saúde (SUS) para promover a equidade e enfrentar as desigualdades em saúde no Brasil. Ao atuar como porta de entrada preferencial ao sistema e ao organizar o cuidado de forma contínua e integrada, a APS tem um papel central na mitigação dos efeitos dos determinantes sociais da saúde, sobretudo em comunidades vulneráveis. **Objetivo:** Este estudo teve como objetivo analisar a relevância da APS no enfrentamento das desigualdades em saúde, identificando desafios e estratégias para o seu fortalecimento no contexto brasileiro. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, conduzida entre novembro de 2024 e janeiro de 2025, com busca em bases de dados nacionais e internacionais, incluindo SciELO, PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram utilizados os descritores "Atenção Primária à Saúde", "Desigualdades em Saúde", "Sistema Único de Saúde" e "Determinantes Sociais", combinados por operadores booleanos. Dez estudos publicados entre 2018 e 2024 foram selecionados e analisados qualitativamente, organizando os resultados em três eixos temáticos: determinantes sociais, organização dos serviços e estratégias de fortalecimento da APS. **Resultados e Discussão:** Os resultados apontaram que a APS apresenta potencial para reduzir as desigualdades em saúde, ao promover ações integradas e intersetoriais focadas na prevenção e promoção da saúde. Contudo, fragilidades estruturais, como o subfinanciamento crônico do SUS, a descontinuidade de ações e a insuficiência de profissionais em algumas regiões, ainda limitam a capacidade resolutiva da APS, principalmente em territórios mais vulneráveis. **Considerações Finais:** Conclui-se que, embora a APS tenha potencial para ser um instrumento de justiça social, seu fortalecimento depende de uma abordagem integrada e sustentável, capaz de garantir o acesso equitativo e integral aos serviços de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção Primária à Saúde; Desigualdades em Saúde; Sistema Único de Saúde; Determinantes Sociais; Promoção da Saúde.

ABSTRACT

Introduction: Primary Health Care (PHC) is considered one of the main strategies of the Brazilian Unified Health System (SUS) to promote equity and reduce health inequalities. As the preferred entry point to the system and as an organizer of continuous and integrated care, PHC plays a central role in mitigating the effects of social determinants of health, especially in vulnerable communities. **Objective:** This study aimed to analyze the relevance of PHC in addressing health inequalities, identifying challenges and strategies for its strengthening in the Brazilian context. **Methodology:** This is a narrative literature review conducted between November 2024 and January 2025. The search was performed in national and international databases, including SciELO, PubMed, and the Virtual Health Library (VHL), using descriptors such as "Primary Health Care," "Health Inequalities," "Unified Health System," and "Social Determinants," combined with Boolean operators. Ten studies published between 2018 and 2024 were selected and qualitatively analyzed, organizing the findings into three thematic axes: social determinants, organization of services, and strategies for strengthening PHC. **Results and Discussion:** The results showed that PHC has the potential to reduce health inequalities by promoting integrated and intersectoral actions focused on prevention and health promotion. However, structural weaknesses, such as chronic underfunding of SUS, discontinuity of actions,

and insufficient professionals in certain regions, still limit PHC's resolute capacity, especially in more vulnerable territories. **Conclusions:** It is concluded that, although PHC has the potential to be a tool for social justice, its strengthening depends on an integrated and sustainable approach capable of ensuring equitable and comprehensive access to health services

KEYWORDS: Primary Health Care; Health Inequalities; Unified Health System; Social Determinants; Health Promotion.

1. INTRODUÇÃO

As desigualdades em saúde no Brasil refletem as condições sociais e econômicas que historicamente moldaram a formação do país, evidenciando um contexto de iniquidade profundamente enraizado nas estruturas sociais. A Atenção Primária à Saúde (APS), concebida como a base do Sistema Único de Saúde (SUS), constitui a principal estratégia para a organização do cuidado, especialmente no enfrentamento dessas desigualdades. Desde a criação do SUS pela Constituição de 1988, a APS assumiu a responsabilidade de garantir o acesso universal e integral à saúde, reconhecendo as diferenças territoriais e as necessidades específicas das populações, sobretudo aquelas mais vulnerabilizadas pelas desigualdades sociais (Ribeiro; Marcondes, 2021).

A justificativa para o presente estudo encontra-se na necessidade de compreender como a APS pode consolidar-se como um instrumento de promoção da equidade e da justiça social, considerando as limitações estruturais ainda existentes e as potencialidades oferecidas por práticas integradas e comunitárias de cuidado. Ao longo dos últimos anos, o Brasil testemunhou avanços significativos no fortalecimento da APS, sobretudo por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF), mas também enfrentou retrocessos que colocam em risco a manutenção de princípios fundamentais, como a universalidade e a integralidade (Venturin; Desidério; Dal Soglio, 2023). Diante desse contexto, torna-se imprescindível uma análise crítica sobre os desafios e perspectivas da APS na construção de um sistema de saúde mais justo e acessível.

O problema que orienta este estudo pode ser sintetizado na seguinte questão: em que medida a Atenção Primária à Saúde, no atual cenário brasileiro, contribui para a redução das desigualdades em saúde e promove acesso equitativo e integral aos serviços de saúde? A hipótese central parte do pressuposto de que, quando estruturada de forma territorializada, com forte articulação intersetorial e participação social, a APS tem potencial para mitigar as desigualdades

e fortalecer a rede de cuidado, tornando-se o eixo organizador do sistema de saúde, especialmente em regiões marcadas pela vulnerabilidade social (Petermann; Kocourek, 2021).

O objetivo geral deste estudo é analisar a relevância da Atenção Primária à Saúde no enfrentamento das desigualdades em saúde no Brasil, identificando os principais desafios e estratégias para seu fortalecimento no contexto das políticas públicas de saúde. Para isso, os objetivos específicos são: (I) identificar os principais fatores sociais e estruturais que contribuem para a persistência das desigualdades em saúde no Brasil; (II) avaliar a capacidade da APS em promover cuidado integral e equitativo, especialmente em territórios vulnerabilizados; e (III) discutir estratégias e práticas que possam potencializar a atuação da APS no combate às iniquidades, contribuindo para a consolidação de um sistema de saúde mais inclusivo e eficaz.

Ao propor uma análise crítica da Atenção Primária à Saúde, este estudo pretende provocar reflexões sobre os limites e possibilidades desse modelo de atenção, considerando tanto o contexto atual quanto as diretrizes que orientam as políticas de saúde no país. A articulação entre teoria e prática, assim como a análise de experiências concretas no âmbito da APS, será fundamental para construir uma narrativa que não apenas investigue os desafios existentes, mas também aponte caminhos possíveis para a superação das barreiras e a efetivação do direito à saúde como princípio estruturante das políticas públicas (Nunes *et al.*, 2022).

2. METODOLOGIA

O presente estudo constitui uma revisão narrativa da literatura, com o objetivo de reunir e analisar criticamente produções científicas relevantes acerca da Atenção Primária à Saúde e sua relação com a redução das desigualdades em saúde no Brasil. A revisão narrativa é amplamente utilizada para oferecer uma síntese ampla e interpretativa de estudos já publicados, permitindo uma visão abrangente sobre o tema, sem a necessidade de critérios rígidos para seleção e análise dos dados (Rother, 2007).

A coleta de dados foi realizada a partir da busca de artigos científicos, publicações institucionais e documentos oficiais em bases de dados nacionais e internacionais, como Scielo, PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). A pesquisa foi conduzida entre novembro de 2024 e janeiro de 2025, utilizando os seguintes descritores controlados, combinados entre si por meio dos operadores booleanos “AND” e “OR”: “Atenção Primária à Saúde”, “Desigualdades em Saúde”, “Equidade em Saúde” e “Sistema Único de Saúde”. Foram incluídas publicações em português e inglês, publicadas entre 2018 e 2024, garantindo a atualidade das informações e priorizando estudos que abordassem diretamente a organização e os desafios da APS no contexto brasileiro.

Os critérios de inclusão dos estudos consideraram artigos que discutem a Atenção Primária à Saúde enquanto estratégia de mitigação das desigualdades em saúde, especialmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como estudos que analisam práticas e políticas voltadas para a promoção da equidade. Foram excluídos trabalhos que não apresentassem foco específico na APS ou que tratassem apenas de contextos internacionais sem correlação direta com a realidade brasileira.

A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa, priorizando a identificação de conceitos centrais, abordagens teóricas e resultados que contribuíssem para a construção de uma narrativa crítica e coerente sobre o papel da APS no enfrentamento das iniquidades em saúde. A síntese dos estudos selecionados seguiu uma abordagem temática, categorizando os achados em três grandes eixos: determinantes sociais da saúde, organização dos serviços de APS e estratégias de fortalecimento do SUS.

Ao final do processo de busca e seleção, foram identificados e analisados 10 estudos que atenderam aos critérios previamente estabelecidos, compondo a base teórica e crítica deste trabalho. Esses estudos forneceram elementos fundamentais para a compreensão da atuação da APS na promoção da equidade em saúde e permitiram uma visão articulada das estratégias necessárias para fortalecer o Sistema Único de Saúde no enfrentamento das desigualdades.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos 10 estudos selecionados revelou aspectos essenciais sobre a atuação da Atenção Primária à Saúde no combate às desigualdades em saúde no Brasil. Os resultados foram organizados em três eixos temáticos, de modo a facilitar a compreensão das principais questões levantadas: determinantes sociais da saúde, organização dos serviços na APS e estratégias para o fortalecimento do SUS. Essa abordagem permitiu uma discussão mais ampla e articulada, destacando os avanços, os desafios estruturais e as perspectivas futuras para o aprimoramento da APS.

3.1 Determinantes Sociais da Saúde

Os estudos analisados reforçam que a configuração das desigualdades em saúde no Brasil está diretamente relacionada aos determinantes sociais, os quais transcendem a dimensão individual e biológica do processo de adoecimento, englobando aspectos econômicos, ambientais e sociais que condicionam o acesso e a qualidade dos serviços de saúde. A Atenção

Primária à Saúde, enquanto estratégia estruturante do Sistema Único de Saúde (SUS), apresenta-se como um importante instrumento para mitigar os efeitos adversos desses determinantes, especialmente em comunidades marcadas por vulnerabilidades históricas e estruturais, onde a desigualdade se reproduz de forma mais intensa e persistente (Ribeiro & Marcondes, 2021; Figueiredo *et al.*, 2021).

Condições de moradia precárias, ausência de saneamento básico, insegurança alimentar e baixos níveis de escolaridade constituem fatores que não apenas afetam diretamente o estado de saúde dos indivíduos, mas também comprometem a eficácia das ações desenvolvidas pela APS. O território, nesse contexto, torna-se um elemento central para a compreensão dessas desigualdades, uma vez que evidencia a distribuição desigual de recursos e oportunidades, condicionando a maneira como as pessoas vivem, adoecem e acessam os serviços de saúde. Assim, a APS, quando planejada e implementada de forma intersetorial e integrada a outras políticas públicas – como educação, assistência social e habitação – tem o potencial de romper com o ciclo de reprodução da desigualdade, ampliando as possibilidades de cuidado e promoção da saúde para as populações mais vulnerabilizadas (Venturin; Desidério; Dal Soglio, 2023).

Todavia, a realidade prática demonstra que essa articulação entre setores ainda se apresenta de maneira fragmentada e insuficiente, limitando a capacidade de resposta da APS às demandas sociais e às necessidades de saúde da população. Muitas comunidades permanecem desassistidas ou dependem de serviços desarticulados e insuficientes, o que evidencia a necessidade urgente de políticas públicas mais integradas e sustentáveis. Os dados sugerem que, sem essa integração, as ações da APS tendem a ser paliativas, tratando apenas os efeitos mais visíveis das desigualdades, sem atuar sobre suas causas estruturais – perpetuando, assim, as condições que levam ao adoecimento coletivo.

3.2 Organização dos Serviços na Atenção Primária à Saúde

A análise sobre a organização dos serviços da APS revelou a complexidade do modelo de atenção adotado no Brasil, com destaque para a Estratégia Saúde da Família (ESF), amplamente reconhecida como uma das mais eficazes na reorganização do cuidado em saúde. Apesar dos avanços alcançados, como a ampliação da cobertura e a maior proximidade das equipes de saúde com as comunidades, os desafios estruturais ainda limitam o potencial transformador desse modelo. A precarização das condições de trabalho, a insuficiência de

profissionais capacitados e a descontinuidade de ações em regiões mais vulneráveis representam barreiras significativas para a consolidação de uma atenção integral e resolutive (Petermann; Kocourek, 2021; Nunes *et al.*, 2022).

A crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19 trouxe à tona a fragilidade estrutural de muitos serviços da APS, especialmente em áreas periféricas e rurais, onde as equipes de saúde enfrentaram sobrecarga de trabalho, escassez de insumos básicos e dificuldade de acesso às tecnologias de informação e comunicação. Essas limitações evidenciaram não apenas a urgência de investimentos para a qualificação das equipes, mas também a necessidade de reorganizar os fluxos de cuidado, garantindo a continuidade e a integralidade das ações, principalmente nos momentos de maior demanda e pressão sobre o sistema (Graciano *et al.*, 2021).

Outro ponto recorrente nos estudos foi a dificuldade de articulação entre a APS e os níveis secundário e terciário de atenção, refletindo fragilidades no sistema de referência e contrarreferência. Esse descompasso entre os diferentes níveis de atenção compromete a continuidade do cuidado e gera situações de abandono terapêutico, agravando as condições de saúde daqueles que já enfrentam barreiras de acesso, como idosos, pessoas em situação de rua e indivíduos com doenças crônicas (Graciano *et al.*, 2021).

Superar essas dificuldades requer, portanto, uma reorganização profunda do modelo assistencial, com ênfase na regionalização dos serviços, na descentralização das decisões e no fortalecimento dos arranjos locais de gestão em saúde, garantindo maior autonomia para as equipes e uma resposta mais ágil e eficaz às demandas específicas de cada território.

3.3 Estratégias para o Fortalecimento do Sistema Único de Saúde

A discussão sobre as estratégias para o fortalecimento da APS aponta para a necessidade de uma abordagem abrangente, que envolva desde a capacitação contínua das equipes de saúde até a implementação de políticas de financiamento mais robustas e sustentáveis. A capacitação dos profissionais de saúde, especialmente dos agentes comunitários, foi destacada em diversos estudos como uma medida indispensável para a qualificação das práticas de cuidado e para o fortalecimento do vínculo entre os serviços de saúde e a população atendida (Valsoler *et al.*, 2022; Beckert *et al.*, 2022).

A formação permanente das equipes, associada ao uso de tecnologias inovadoras de gestão e monitoramento, pode potencializar a capacidade de resposta dos serviços, aprimorando tanto a qualidade do cuidado quanto a gestão dos recursos disponíveis. As estratégias de e-Saúde, por exemplo, oferecem possibilidades concretas de ampliar o acesso à informação, monitorar indicadores de saúde em tempo real e otimizar a utilização de recursos, garantindo maior eficiência e resolutividade às ações da APS (Silva *et al.*, 2024).

Outro aspecto fundamental é o fortalecimento da participação social, elemento estruturante do SUS, que pode contribuir significativamente para a construção de políticas de saúde mais coerentes com as necessidades locais. A criação de espaços de diálogo e a valorização das experiências comunitárias ampliam a capacidade de resposta do sistema, promovendo um cuidado mais próximo e humanizado, ao mesmo tempo em que fortalecem a corresponsabilidade entre gestores, profissionais e usuários (Beckert *et al.*, 2022; Ribeiro; Marcondes, 2021).

Por fim, destaca-se a importância de um financiamento adequado e contínuo para garantir a sustentabilidade das ações da APS e evitar retrocessos que possam comprometer os avanços conquistados. O subfinanciamento crônico do SUS constitui um obstáculo persistente, sendo necessário ampliar os investimentos públicos e garantir maior previsibilidade orçamentária para consolidar uma APS forte e eficaz (Nunes *et al.*, 2022; Venturin; Desidério; Dal Soglio, 2023).

Apesar das inúmeras dificuldades, os resultados evidenciam que a APS continua sendo uma das estratégias mais promissoras para a promoção da equidade em saúde, desde que articulada a políticas intersetoriais e fortalecida por práticas de cuidado territorializadas e centradas nas necessidades das populações vulnerabilizadas (Petermann; Kocourek, 2021; Graciano *et al.*, 2021).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou o papel da Atenção Primária à Saúde na redução das desigualdades em saúde no Brasil, buscando compreender suas potencialidades e limites no enfrentamento das iniquidades sociais e estruturais que marcam o acesso e a qualidade dos serviços de saúde. Os resultados evidenciaram que a APS, especialmente quando articulada a políticas públicas intersetoriais e centrada nas necessidades do território, tem capacidade para

mitigar os efeitos dos determinantes sociais da saúde, promovendo um cuidado mais equitativo e integral.

Diante desse cenário, reafirma-se a hipótese inicial de que, embora a APS tenha potencial para reduzir as desigualdades em saúde, sua efetividade depende diretamente de investimentos estruturais, fortalecimento das políticas intersetoriais e ampliação das estratégias de participação social.

As contribuições deste estudo destacam a importância de uma APS fortalecida não apenas para a academia, mas também para os gestores e profissionais de saúde, ao oferecer reflexões críticas e caminhos possíveis para superar as barreiras ainda existentes. Contudo, deve-se reconhecer algumas limitações do trabalho, especialmente no que diz respeito ao caráter de revisão narrativa, que, embora permita uma abordagem ampla e interpretativa, não segue critérios sistemáticos de inclusão e exclusão de estudos, o que pode restringir a reprodutibilidade dos resultados.

Em síntese, este estudo reforça a centralidade da Atenção Primária à Saúde no enfrentamento das desigualdades e aponta para a necessidade de um compromisso renovado com a construção de políticas integradas, sustentáveis e territorializadas, que priorizem a equidade e a participação comunitária, consolidando o SUS como um sistema público, universal e humanizado.

REFERÊNCIAS

BECKERT, R. *et al.* Reflexões com agentes comunitários de saúde sobre a visita domiciliar. **Revista Recien - Revista Científica de Enfermagem**, v. 12, n. 39, 2022.

FIGUEIREDO, Chiara Lubich Medeiros de *et al.* Rede de Apoio à Saúde e sua Interface com Adolescentes que Autorrelataram Sofrer Agressão Física por um Adulto da Família nos Anos de 2012 e 2015: **Estudo Seccional em Fortaleza, Ceará, Brasil. Revista Brasileira de Saúde Escolar**, v. 25, n. 1, p. 120-126, 2021.

GRACIANO, Guilherme Fonseca *et al.* Promoção da Saúde para a População em Situação de Rua. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 12, n. 2, 2021.

NUNES, L. *et al.* Capacitação de equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família para o combate à dengue por meio da mobilização social. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 13, n. 1, 2022.

PETERMANN, Xavéle Braatz; KOCOUREK, Sheila. Pandemia de COVID-19 e promoção da saúde do idoso na perspectiva de trabalhadores da saúde. **Revista de Políticas Públicas**, v.

25, n. 1, p. 199-211, 2021.

RIBEIRO, Lucas Gaspar; MARCONDES, Daiane. A interface entre a atenção primária à saúde e práticas integrativas e complementares no sistema único de saúde: formas de promover as práticas na APS. **APS EM REVISTA**, v. 3, n. 2, 2021.

RODRIGUES, Maria Eduarda de Oliveira *et al.* Implicação do uso indiscriminado de psicofármacos na atenção primária. **Studies in Health Sciences**, v. 3, n. 1, 2022.

SILVA, Maria Kessany de Carvalho *et al.* Body Practices and Physical Activity Interventions in Primary Health Care: an Integrative Review. **Journal of Health Sciences**, v. 26, n. 1, p. 40-47, 2024.

VALSOLER, Renan Lucas Carminatti *et al.* Capacitação dos agentes de saúde sobre o manejo correto da terapia insulínica nas unidades básica de saúde. **Extensão em Foco**, v. 9, n. 2, 2022.

VENTURIN, Ediane; DESIDÉRIO, Samanta Sparremberger; DAL SOGLIO, Fábio Kessler. Agroecologia e Bem Viver: Promovendo Saúde Coletiva. **Informe GEPEC**, v. 27, n. 1, 2023.